

Megui Del Ré¹
Anelise Graciele Rambo²
Sergio Schneider³

As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul⁴

Introdução

A abordagem territorial para a promoção do desenvolvimento vem se tornando uma referência importante para os formuladores de políticas públicas no Brasil nos últimos anos. Esta abordagem preconiza uma mudança de enfoque que tem como principal característica a integração entre indivíduos, espaço geográfico e poder público. A procura de soluções para os problemas sociais que emergem da interação destas três esferas torna o território o *locus* de interação prática e discursiva, em que atores buscam legitimar e reproduzir posições sociais e políticas, seja em seu próprio favor, dos coletivos nos quais e pelos quais atuam e, em face do poder público, do qual, não raro, procuram subtrair poder e desconstruí-lo como esfera dominante. Territórios, portanto, passam a ser “campos de batalha” em que atores buscam afirmar seus projetos e visões de mundo em meio a reações e resistências, que configuram um jogo e uma luta por legitimidade social e política.

A experiência do desenvolvimento territorial, enquanto tal, ancorada em programas, ações e em um *corpus* tecnocrático, ganhou existência a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: megui_delre@yahoo.com.br.

² Docente do Departamento Interdisciplinar da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br.

³ Professor Titular da UFRGS e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. E-mail: schneide@ufrgs.br.

⁴ Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Edital MDA/SDT/CNPq - Gestão dos Territórios Rurais n. 005/2009, por meio do projeto “Pesquisa e Ação para o Desenvolvimento de Dispositivos de Gestão e Governança do Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul: construindo interfaces entre atores, redes e instituições” desenvolvido entre 2010 e 2014. Este trabalho é fruto da análise de um recorte do campo aberto por este projeto.

partir da implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003. Não obstante, não são novos os processos sociais e as conformações políticas que enseja, pois disputas entre atores da sociedade civil e Estado, em espaços de poder, são encontradas em vários contextos e tempos históricos.

O fato de ter sido levada à condição de estratégia de ação governamental, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, tornou a política da SDT inovadora. Nestes termos, as ações se destacam e se diferenciam não pelas iniciativas substantivas que promovem, por sua carteira (portfólio) de projetos, mas por sua abordagem e proposta de trabalho, que pretende construir o desenvolvimento em determinado espaço geográfico a partir do envolvimento dos sujeitos que ali vivem e atuam de alguma forma. Obviamente, este é um processo dinâmico e envolve considerável diversidade de perspectivas, apropriações e configurações de poder, o que impõe o desafio da gestão destes interesses e, sobretudo, da compreensão do sentido e dos significados das visões de mundo de cada agente envolvido.

O presente trabalho pode ser compreendido como um dos resultados dos esforços da SDT em articular poder público e sociedade civil no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul. Isto porque uma das ações da Secretaria foi, através de parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com universidades, criar as chamadas Células de Acompanhamento e Informação (CAIs), compostas por pesquisadores imbuídos da tarefa de produzir conhecimentos sobre as dinâmicas do desenvolvimento nos territórios.⁵ A CAI do Território Zona Sul do RS, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuou durante o período de 2010 a 2014 e produziu trabalhos com informações e análises sobre os impactos das políticas territoriais na Zona Sul do RS.⁶

⁵ As CAIs foram resultantes da parceria entre SDT, CNPq e Universidades, criadas no âmbito do Edital MDA/SDT/CNPq - Gestão dos Territórios Rurais n. 005/2009. Este edital reuniu 28 universidades que atuaram em 37 territórios, tendo o objetivo de avaliar e monitorar as políticas implementadas pela SDT.

⁶ Dentre os produtos da equipe destaca-se um artigo publicado na revista ACTA Geográfica que versa sobre as estratégias utilizadas pelos atores territoriais para concretizar seus interesses, principalmente no âmbito do programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) e das Emendas Parlamentares (RAMBO *et al.*, 2013). Através da análise escalar, os autores demonstram como diversas dinâmicas se complementam nos processos de desenvolvimento e chamam a atenção para a necessidade de concertação entre diferentes iniciativas. Outro artigo, publicado na revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade, demonstra as potencialidades da aplicação do Índice de Condições de Vida (ICV) - que será

Este artigo está baseado nas questões que surgiram por meio do exame inicial de dados obtidos através do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Com base nos resultados destes indicadores, pretende-se argumentar sobre a pertinência de se considerar as representações sociais nas discussões e, sobretudo, nas políticas de desenvolvimento territorial. O principal objetivo deste artigo é chamar atenção para a importância das diferentes percepções dos indivíduos e grupos sociais a respeito de suas condições de vida, frente ao que os dados secundários apontam. Ou seja, não raro, a percepção e os dados secundários divergem. Este esforço de análise surge da constatação de que este aspecto foi pouco abordado nos outros trabalhos da CAI da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul e não é satisfatoriamente levado em consideração quando se pensam indicadores de avaliação de políticas públicas. Esta questão surge como uma lacuna a ser preenchida, principalmente quando se atenta para a crescente importância da dimensão subjetiva nos atuais estudos sobre desenvolvimento.

As representações sociais encontram respaldo nas práticas culturais e políticas dos atores. Neste sentido, situam-se na intersecção das discussões entre desenvolvimento e cultura. Nos estudos sobre desenvolvimento, diferentes perspectivas atribuem distintas valorações para os aspectos culturais. Segundo Yousfi (2007), os formuladores de projetos de intervenção social e seus estudiosos sempre buscaram compreender as práticas locais, seja para combatê-las – quando consideradas desfavoráveis ao desenvolvimento – ou para construir iniciativas adequadas a diferentes territórios. Desta forma, quanto e como a cultura e as diferentes visões sobre o desenvolvimento importam para as políticas públicas (YOUSFI, 2007) constituem-se como problemática presente em todo e qualquer contexto de transformação social.

apresentado posteriormente neste texto – nas análises sobre desenvolvimento territorial (RAMBO *et al.*, 2015). As pesquisas da CAI Zona Sul do RS resultaram ainda em duas dissertações de mestrado em desenvolvimento rural. Em “Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul”, são analisados os resultados do ICV, apontando que as situações de privações corroboradas pelo índice fragilizaram e impediram que certos meios contribuíssem para o alcance de melhores e maiores rendas e oportunidades. Todavia, a própria percepção das famílias não indicou uma situação perversa, o que muito pode estar relacionado com as capacidades de agência desses indivíduos em, sobretudo, combinar capitais para lidar com situações adversas (TOIGO, 2016). Já em “Projetos Estratégicos e Desenvolvimento Territorial: uma análise a partir do Território Zona Sul do Estado/RS”, ao analisar os projetos territoriais implementados no território em questão, observa-se, além do viés setorial/agrícola da política territorial rural, uma espécie de prefeiturização de algumas ações capitaneadas pela SDT (GOMES, 2014). Ainda avaliando os resultados do ICV, mais três trabalhos foram apresentados em eventos internacionais (RAMBO *et al.*, 2011; RAMBO *et al.*, 2012 e FREITAS, T. D.; RAMBO, 2015) e dois em eventos nacionais (RAMBO *et al.*, 2012 e DEL-RÉ, M. F.; SCHNEIDER, S.; RAMBO, A. G., 2012).

Reconhecendo a complexidade das tramas e relações que conformam as dinâmicas territoriais e tratando especificamente do território Zona Sul do RS, caracterizado pela diversidade de grupos rurais, assume pertinência a tentativa de compreender o que os indivíduos e as coletividades locais pensam e esperam do desenvolvimento. É com esta perspectiva que este trabalho defende que as representações sociais, tornam-se uma ferramenta potencial para análises e interpretações das dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em cinco seções. A primeira pretende elucidar de forma breve as contribuições teóricas de Amartya Sen e da obra de Serge Moscovici, referentes às representações sociais, e apresentar uma discussão de como estas abordagens podem auxiliar na análise da forma como as pessoas se relacionam com o desenvolvimento no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul. É neste sentido também que a segunda seção dedica-se à apresentação do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) seguida de uma descrição de seus respectivos resultados na terceira parte do artigo. Por fim, algumas considerações finais são apresentadas, dando ênfase aos apontamentos para futuras investigações.

Do aspecto econômico do desenvolvimento à dimensão subjetiva: primeiras considerações

Como enfatiza Boisier (2001), na medida em que se reconhece no desenvolvimento um sistema complexo, axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência e intangível por consequência, o paradigma que vem dominando o desenvolvimento científico da modernidade deixa de ser útil para entender o desenvolvimento por seu caráter reducionista, mecanicista e linear. Neste sentido, entender o desenvolvimento requer enfoques holísticos, sistêmicos e recursivos. Isso significa dizer, incluir nas discussões elementos subjetivos e culturais. A questão da compreensão da dimensão subjetiva e cultural de indivíduos e grupos, onde se inserem as representações sociais, está presente na literatura sobre o desenvolvimento a partir de várias perspectivas. Desde aquelas que seguem uma linha modernizadora, embasadas na crença de que o desenvolvimento configura-se como única alternativa na busca de soluções para os problemas sociais em nível planetário, até as visões que negam por completo estes processos, considerados intervencionistas, no sentido negativo do termo (YOUSFI, 2007).

Em relação às primeiras, podem-se citar, a título de exemplo, vários estudos pertencentes ao âmbito da antropologia do desenvolvimento e da teoria da modernização (FUKUYAMA, 1999; HUNTINGTON, 1975; ROSTOW, 1960). Até recentemente, muitas destas investigações partiam

do pressuposto de que as especificidades culturais das populações do “terceiro mundo” deveriam ser compreendidas para serem, posteriormente, superadas. Ou seja, as organizações sociais e sistemas simbólicos que não pertenciam ao âmbito dos valores da modernidade urbana e industrial deveriam ser combatidas e realinhadas para que as mazelas sociais pudessem ser sanadas através da aceitação e colaboração dos indivíduos com os processos de intervenção desenvolvimentistas.

No outro extremo, encontram-se as perspectivas que fazem parte da esfera do pós-desenvolvimento e do pós-colonialismo (DUSSEL, 1993; ESCOBAR, 1995; FERGUSON, 1990; HALL, 2003; MIGNOLO, 2002). Nestes estudos, os sistemas culturais das populações periféricas e suas organizações políticas ocupam papel central na negação do aparato de poder e conhecimento, mobilizado pelo desenvolvimento, no esforço de transformar as realidades locais. A crítica radical é realizada através da constatação da diferença entre as formas exógenas que as práticas de intervenção impõem e a realidade cotidiana das populações. A deslegitimação dos corpos de conhecimento tradicional e dos provenientes modos de vida transformaria o aparato do desenvolvimento em um eficiente mecanismo de controle e dominação que operaria através de noções profundamente etnocêntricas e impositivas.

Estas críticas apresentam-se como pertinentes em muitos aspectos, principalmente no que tange à denúncia dos processos de intervenção que se configuram de forma violenta ao tomar como tabula rasa toda e qualquer organização social que não pertença ao âmbito do moderno. No entanto, outras perspectivas se apresentam procurando as possibilidades de interação e mediação entre os universos que o desenvolvimentismo ainda propõe e aqueles que se constituem em sua negação. Aqui se inserem os escritos de Norman Long (2007) que se debruçam principalmente sobre as questões dos diálogos e interfaces e a partir do que Pieter De Vries (2007) leva adiante em suas investigações.

Nas análises de De Vries (2007), a dimensão subjetiva do desenvolvimento ocupa lugar privilegiado. Para o autor, as críticas descritas anteriormente têm em comum o enfoque excessivo nos efeitos das intervenções na existência concreta das populações. Isto permite que se omita, ou que não se explore o suficiente, uma das facetas mais importantes e operacionais deste aparato, qual seja, a capacidade de despertar desejos e sonhos coletivos em populações. Isto remete para a dimensão virtual do desenvolvimento, que se sustenta despertando crenças e criando sonhos, produzindo demandas que nunca chegam a se concretizar. Para o autor, o desejo de desenvolvimento preenche uma lacuna entre as promessas e as realizações, alimentando uma máquina que cria e banaliza esperanças e projetos de vida.

Desta forma, De Vries (2007) caracteriza o desenvolvimento não somente como um aparato de governamentalidade (*governmentality*), como os seguidores de Michel Foucault, mas também como uma máquina de produzir desejos. O principal objetivo da investigação, então, se resume na análise detalhada da disjunção entre o desejo de desenvolvimento e sua banalização na prática. Isto porque é através desta disjunção que o desenvolvimento opera. Sem esta dimensão virtual da imaginação, e posterior banalização, as práticas concretas não se sustentam.

Como exemplo, pode-se citar o estudo, realizado pelo próprio De Vries (2007), entre moradores de comunidades peruanas que, quando questionados a respeito dos significados que o desenvolvimento poderia assumir, deixaram claros seus desejos em relação a obras de infraestrutura e algumas intervenções vindas do exterior da localidade. Isto demonstrou como os sujeitos aprenderam a desejar as obras e investimentos que conformavam promessas não cumpridas. Neste caso, o desenvolvimento está presente apenas virtualmente, já que sua concretização nunca foi de fato, efetivada. Para o autor, levar estes desejos mais à sério do que nunca, se configuraria como alternativa, no sentido de quebrar o mecanismo que produz anseios, para logo desconsiderá-los (a partir da não execução das obras prometidas) através do qual o desenvolvimento vem operando.

Desta maneira, decifrar a forma específica com que os desejos de desenvolvimento se traduzem em diferentes realidades é parte essencial da empreitada que busca compreender a complexa lógica através da qual este aparato opera e se mantém. O reconhecimento da importância desta dimensão subjetiva também embasa os escritos de Amartya Sen, quando este define o desenvolvimento como a capacidade dos indivíduos de viverem de acordo com suas aspirações.

É importante ressaltar que esta ênfase nas aspirações dos sujeitos se sustenta no fato de que os sistemas cognitivos que as englobam são os propulsores das ações concretas de indivíduos e populações. Nas teorizações de Sen (2000), isto se traduz nos conceitos de capacitações e intitamentos, que serão abordados mais adiante neste trabalho. O importante aqui é salientar que as aspirações dos sujeitos, na abordagem seniana, se configuram como pontos de partida para a ação. Estas interações complexas entre aspirações e práticas são reconhecidas e amplamente discutidas nos atuais estudos pertencentes ao âmbito da psicologia social. Estas investigações vêm se debruçando sobre as interações entre a realidade concreta e a subjetividade humana, demonstrando os processos através dos quais esta última (a subjetividade humana) é produzida socialmente e está na base de comportamentos. É neste sentido que o conceito de representações sociais de Serge Moscovici nos oferece ferramentas para a compreensão desta intrincada relação que,

segundo De Vries (2007), sustenta o aparato do desenvolvimento. Seguindo a linha destes autores, pensar o desenvolvimento é agir e construí-lo continuamente. Portanto, deslocar a ênfase da análise da dimensão concreta para a dos desejos e pensamentos pode ser fundamental para aclarar inclusive atos e condutas sociais.

Desenvolvimento como Liberdade e Representações Sociais – as perspectivas de Amartya Sen e Serge Moscovici

Até a contribuição de Amartya Sen ser publicada em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, em 2000, as perspectivas teóricas existentes consideravam que a medida do desenvolvimento de determinado país ou região resumia-se exclusivamente a indicadores econômicos. Ou seja, os números do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*, eram o que determinava se as nações configuravam-se, ou não, como desenvolvidas. A pergunta principal, e que perpassa toda a obra de Amartya Sen, é: Qual é a validade de um modelo de desenvolvimento, baseado na riqueza econômica, que não se reflete nas condições de vida das populações?

O que se propõe, então, é um modelo que possibilite aos indivíduos terem acesso ao tipo de vida que gostariam de ter. É neste sentido que são apresentados os conceitos de funcionamentos e capacidades. Os funcionamentos “refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer” (SEN, 2000, p. 52). Já as capacidades residem nas “combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para o sujeito” (SEN, 2000, p. 52). Ou seja, a capacitação é a liberdade de levar o tipo de vida que se deseja. O desenvolvimento é medido, então, pelo conjunto das capacidades dos integrantes de determinada população.

A liberdade, como o título do livro já aponta, é a condição central, os fins e os meios do desenvolvimento. Para que esta seja atingida, e para que todos sejam incluídos no espaço público de debate e definição das capacidades e funcionamentos, cinco liberdades instrumentais precisam ser garantidas: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantia de transparência; e 5) segurança protetora.

Estas liberdades, além de serem importantes por si sós, reforçam-se mutuamente. O seu conjunto é indispensável para a promoção da condição de agente dos indivíduos, necessária para a definição coletiva das verdadeiras necessidades de uma população. Esta perspectiva envolve tanto os processos, que permitem a liberdade de ações e decisões, como as oportunidades reais de que as pessoas são portadoras, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais.

Tanto a liberdade individual como as coletivas se congregam. A liberdade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão dupla entre (1) as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e (2) o uso de liberdades individuais não somente para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais coletivas mais apropriadas e eficazes.

Desta forma, a teoria de Sen constitui-se como tentativa de ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A expansão da liberdade é considerada: (1) o fim primordial (papel constitutivo) e (2) o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental).

Além do questionamento das variáveis econômicas e da importância exclusiva da riqueza financeira para se alcançar o que uma população necessita, outra dimensão destaca-se na perspectiva de Amartya Sen, tornando-a inovadora: a defesa de que a liberdade se configura na capacidade dos sujeitos/agentes de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Os indivíduos e grupos, suas vivências, valores e percepções entram em cena, ocupando papel central. A definição do que é necessário para que uma população desfrute de boas condições objetivas de vida deverá partir de seus integrantes. Desta forma, existe um deslocamento, pois os indivíduos, vistos como agentes, é que definem os termos do que as políticas governamentais devem buscar efetivar.

Acreditamos que seja possível fazer uma conexão entre Sen e a teoria das representações sociais de Moscovici neste aspecto. A partir da elaboração seniana de que as aspirações e percepções dos sujeitos os levam a agir no sentido do que consideram preponderante para sua qualidade de vida, se torna pertinente a compreensão do sentido que os próprios atores atribuem a suas práticas e ao que consideram importante ter ou fazer. É no sentido de abarcar estes questionamentos que as representações sociais se apresentam como ferramentas.

Partindo do pressuposto de que o real pode também ser definido como a interpretação que dele fazemos, através da apropriação das experiências vividas em nosso contexto social, podemos sugerir que o estudo das representações sociais, de indivíduos e grupos, apresenta importância significativa quando se trata de compreender pensamentos, comportamentos e ações dos sujeitos, no caso, relacionados ao desenvolvimento territorial.

A capacidade de simbolização destes atores diz respeito necessariamente a espaços e tempos determinados, a fatos vivenciados em conjunto pelos grupos, a pertença social dos indivíduos a seus territórios de origem (TEVES, 1992). As representações se desenvolvem

justamente no compartilhamento da história social, de percepções, sentimentos, concepções a respeito do universo coletivo, e só se tornam possíveis através da comunicação e interação dos sujeitos em grandes e pequenas comunidades e com o espaço que os rodeia.

A teoria de Moscovici (1978) se configurou como um marco no escopo de conhecimentos pertencentes à psicologia social. A partir de seus estudos, o simbólico deixou de ser considerado reflexo automático dos aspectos concretos da realidade e passou a ser encarado como um conjunto de construções cognitivas, dos objetos e pessoas, derivado da inserção dos indivíduos na sociedade e ambiente (HERZLICH, 1972).

Moscovici deixou clara a complexidade e o dinamismo destes processos e mecanismos ao definir o simbólico como construção social e histórica. Segundo sua teoria, as representações sociais podem ser definidas como conjuntos de construções de sentido através das relações e interações cotidianas dos sujeitos pertencentes a determinado grupo. Ou seja, as representações são formas de conhecimento socialmente elaborado, compartilhado e de ordem prática. Tudo isso na acepção de que representar significa intervir (JODELET, 1984).

As representações orientam condutas. O sentido das ações e comportamentos de grupos tem sua origem nas representações sociais e estas também recebem influência dos primeiros. Ou seja, existe um processo dialético entre os aspectos concretos e visíveis que compõem a sociedade e as construções e interpretações que permeiam as dimensões subjetivas dos agentes.

Desta forma, como produto da sociedade e sua história, as representações sociais acerca dos mesmos objetos e pessoas não são idênticas para todos os indivíduos e grupos, podendo ser configuradas de formas diversas e muitas vezes até antagônicas. Isto pode se refletir nas diferentes representações que os atores constroem a respeito do significado e do que esperam do desenvolvimento em um mesmo território. Este processo se desenrola porque as articulações que constituem cada representação dependem das relações que os sujeitos e grupos mantêm com os objetos representados, e estas são sempre específicas e particulares. Em outras palavras, são tempos e espaços precisos que constituem as características da interação entre objetos e sujeitos. A história do grupo e dos indivíduos, com seus símbolos, códigos e normas de conduta próprias, baliza suas práticas, e está diretamente relacionada à construção das diferentes representações subjetivas.

Assim, podemos afirmar que os objetos, fatos e pessoas representados refletem a multiplicidade de experiências que configura

a realidade concreta e com isto as semelhanças e diferenças entre grupos ou mesmo entre os indivíduos que fazem parte do mesmo meio social. As representações sociais podem ser utilizadas para definir as relações que balizam as identidades na sociedade. No caso do Território Zona Sul do RS podem auxiliar na delimitação dos sentidos de pertença grupal de assentados de reforma agrária, agricultores familiares, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e outros, todos sujeitos do desenvolvimento, e suas construções subjetivas a respeito de suas condições de vida.

Analisar um aspecto da realidade de um grupo, qual seja, o do desenvolvimento, a partir das representações sociais, implica situá-lo como objeto representado, abordá-lo dentro do espaço de relações específicas entre os indivíduos estudados, onde estão circunscritas interações concretas, contendo uma história dentro da qual a referida representação se articula e rearticula de acordo com as experiências vivenciadas pelo grupo cotidianamente.

A seguir são apresentados os resultados e algumas comparações entre ICV e IDS, demonstrando a importância de se considerar as representações sociais nas políticas de desenvolvimento.

O ICV e o IDS como instrumentos de apreensão do desenvolvimento

Perante a complexidade da tarefa de apreender as representações subjetivas de diferentes atores e grupos sociais reconhece-se que metodologias de cunho qualitativo são pertinentes. Entrevistas e análises de discurso criteriosas com os diferentes grupos territoriais, objetivando compreender o significado do desenvolvimento para cada um deles, são imprescindíveis. Contudo, tais recursos são de difícil execução enquanto ferramentas de gestão pública, em especial para análise, acompanhamento e avaliação de políticas.

Reconhecendo essa dificuldade, foram elaborados instrumentos destinados a avaliar o desenvolvimento sob uma perspectiva multidimensional e humana, no âmbito da política territorial brasileira. Estamos nos referindo ao Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e ao Índice de Condições de Vida (ICV). Este último, baseado em dados primários e na percepção dos entrevistados, foi levantado pelas Células de Acompanhamento e Informação (CAIs). Os resultados dos índices e a comparação entre estes fez emergir a necessidade de um olhar mais atento sobre as representações subjetivas dos atores acerca do seu desenvolvimento, seja por parte da academia, seja por parte dos *policy makers*. No caso deste artigo, os Índices servem como ponto de partida para uma série de reflexões.

O IDS⁷ e o ICV⁸ constituem-se ferramentas inicialmente elaboradas por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, por demanda pela SDT, para subsidiar o acompanhamento da política territorial de desenvolvimento rural, no intuito de melhor apreender os efeitos das ações territoriais sobre o público-alvo. Seus resultados são expressos graficamente sob forma de biogramas, tal como preconizado por Sepúlveda (2008) e Sepúlveda *et al.* (2003).

O IDS é um instrumento que permite análises comparativas de determinados pontos no tempo. Este índice é calculado com base em dados secundários e leva em consideração as seguintes dimensões do desenvolvimento: social, demográfica, político-institucional, econômica, ambiental e cultural.

Além de também permitir análises comparativas, o ICV inova ao ser construído a partir de dados primários coletados através de questionários aplicados em domicílios rurais. As respostas do questionário são claramente subjetivas, expressando a percepção dos indivíduos ou das famílias sobre cada indicador utilizado. O ICV considera a dimensão econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental do desenvolvimento na construção dos seus resultados.

Entretanto, seus resultados estão expressos em três instâncias, as quais encontram correspondência nos pressupostos de Sen (2000) e na proposição de Kageyama (2008). Assim sendo, a primeira instância se refere aos fatores que condicionam o desenvolvimento. Está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas, portanto, representa os intitulentos. Já a segunda instância se refere às características do desenvolvimento e pode ser compreendida como os elementos de conversão dos meios em fins, dos intitulentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância corresponde aos efeitos, às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias.

Tanto o ICV quanto o IDS são calculados a partir da média simples entre seus indicadores e dimensões, o que significa que cada um destes tem peso equivalente na composição do Índice. Seus resultados são expressos em uma escala de 0 a 1, sendo que 1 representa melhores condições de vida ou de desenvolvimento sustentável. Os índices encontram-se disponibilizados no Sistema de Gestão Estratégica (SGE)⁹ da SDT e dão subsídios para o monitoramento das ações nos territórios rurais.

⁷ A esse respeito ver WAQUIL *et al.* (2010).

⁸ A esse respeito ver WAQUIL *et al.* (2015).

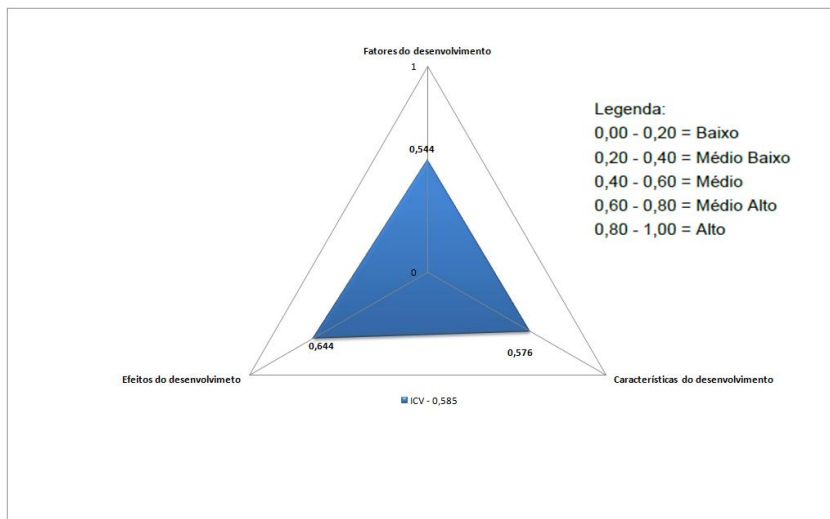
⁹ Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br>>.

Representações sociais e desenvolvimento: o que o ICV e o IDS do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul nos alertam

Os questionários relativos ao ICV foram aplicados no território Zona Sul do RS entre os meses de outubro e dezembro de 2010. Do total de 25 municípios, as entrevistas foram realizadas com famílias em dez setores censitários de nove municípios. Tanto os municípios quanto os setores censitários e as famílias entrevistadas foram selecionadas por amostra aleatória, sorteada pela própria SDT, permitindo a representatividade territorial.

A Figura a seguir apresenta os resultados da aplicação dos questionários. O índice final é de 0,585. Este número corresponde a um nível médio de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60. Isto indica que, segundo a percepção dos atores locais, suas condições de vida são medianas. É importante enfatizar que quanto maior a área do biograma e maior o equilíbrio entre as instâncias, maior tende a ser a qualidade de vida.

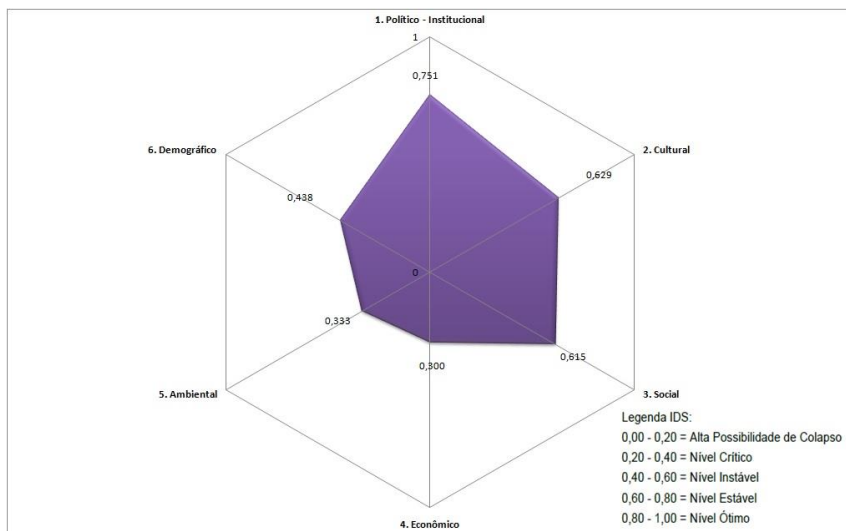
Figura 1 – Biograma representativo do ICV do território rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil



Fonte: Adaptado do SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Quanto ao IDS, pode-se observar que o mesmo encontra-se num nível instável, o que corresponde a um índice de 0,460 e apresenta equilíbrio menor entre suas dimensões quando comparado ao ICV. O IDS é composto por seis dimensões. A econômica é a que se encontra em piores condições, seguida da ambiental e da demográfica. As demais dimensões estão acima da média do ICV, sendo estas a social, seguida da cultural e com melhor índice a político-institucional.

Figura 2 – Biograma representativo do IDS do Território Rural Zona Sul do Estado do RS/Brasil

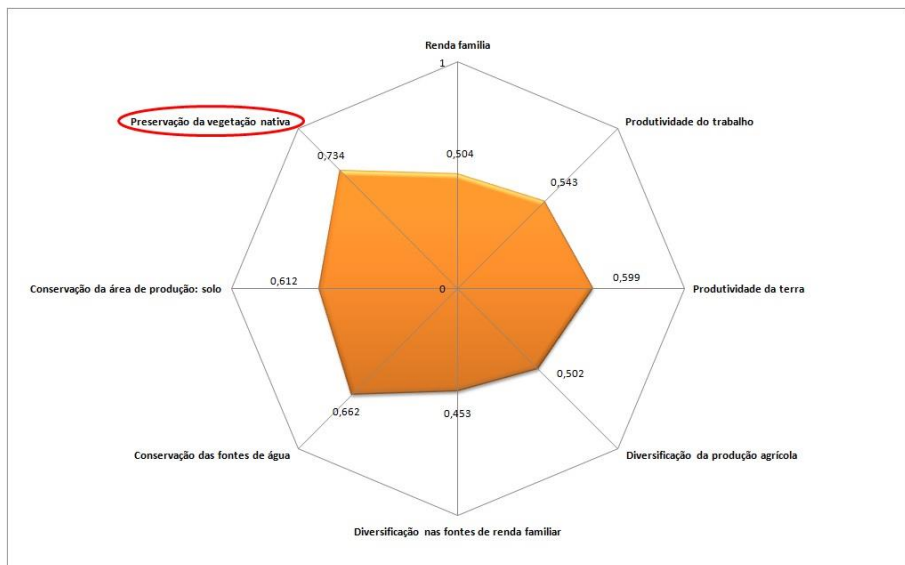


Fonte: Adaptado do SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

O que a comparação dos índices nos indica é que as percepções dos atores territoriais, na maioria das dimensões, apresentam-se como positivas, principalmente em comparação com os dados resultantes do IDS. O biograma do ICV apresenta as dimensões do desenvolvimento de forma homogênea e equilibrada. Isto significa que, segundo os atores locais, os diversos componentes do desenvolvimento vêm sendo contemplados praticamente da mesma forma e em nível médio. Já o IDS demonstra um desequilíbrio entre as várias esferas e o índice é considerado instável.

Algumas dimensões merecem destaque, como, por exemplo, a ambiental. A discrepância entre o que os atores concebem e o que os dados secundários apontam é relevante. Este fato pode ser observado nos biogramas apresentados abaixo. O primeiro diz respeito a uma das instâncias do ICV e demonstra claramente que as percepções do público rural entrevistado apontam para o fato de que a preservação da mata nativa é uma característica marcante do território, sendo a dimensão mais bem avaliada nesta instância.

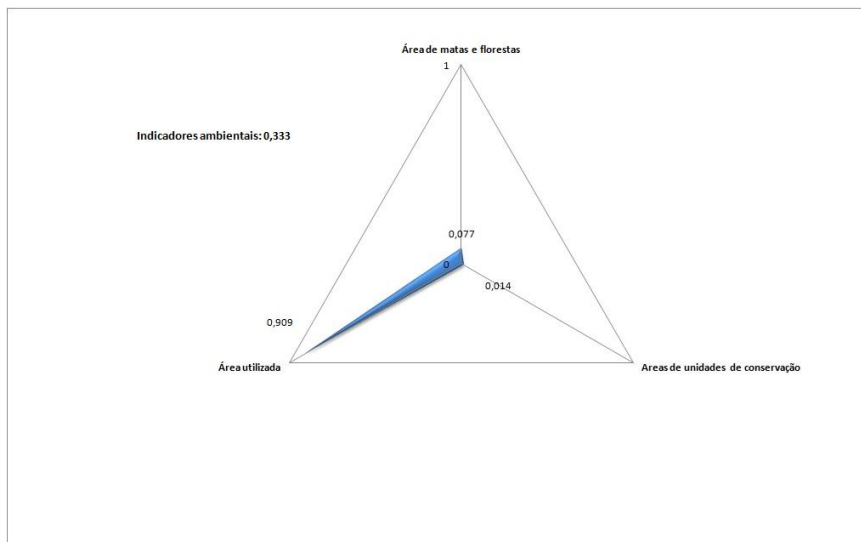
Figura 3 - Biograma representativo das características do desenvolvimento (ICV) do Território Rural Zona Sul do Estado do RS



Fonte: Adaptado do SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo biograma, referente ao IDS, evidencia que, de acordo com dados secundários, áreas de matas e florestas, assim como unidades de conservação praticamente inexistem na localidade.

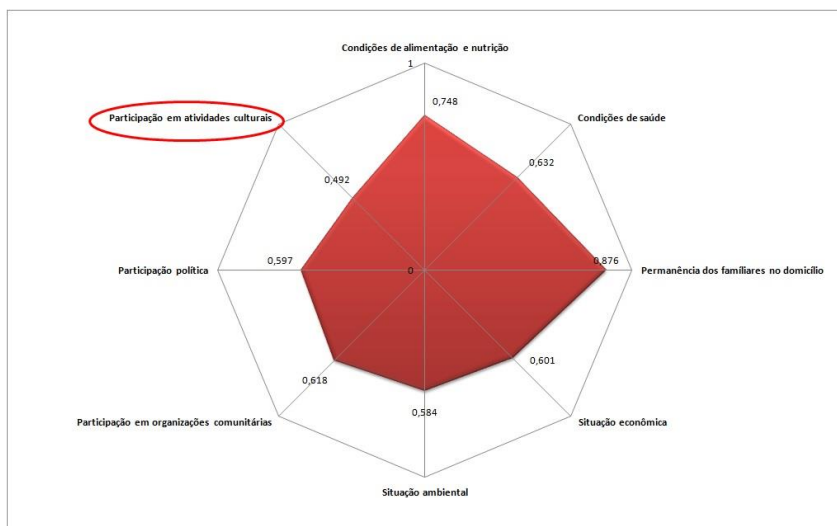
Figura 4 – Biograma representativo do IDS – indicadores ambientais – do Território Rural Zona Sul do Estado do RS



Fonte: Adaptado do SGE /CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Por sua vez, cabe tratar também do indicador cultural. Enquanto o IDS (Figura 2) aponta a dimensão cultural como a segunda melhor (0,629), o ICV (Figura 5) evidencia a participação em atividades culturais, na instância efeitos, como o pior indicador percebido (0,492) pelos entrevistados. Esses resultados contrastantes podem estar evidenciando a existência de equipamentos culturais no território, mas a impossibilidade de acesso por parte das comunidades rurais.

Figura 5 – Biograma representativo da instância efeitos do ICV do Território Rural Zona Sul do Estado do RS



Fonte: Adaptado do SGE Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Outra análise interessante se refere à comparação da dimensão fatores do ICV com o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)¹⁰ do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE Sul),¹¹ cujo recorte espacial é similar ao território Zona Sul.

Em 2012, o IDESE do COREDE Sul foi de 0,691, encontrando-se no nível médio de desenvolvimento, constituindo o sexto menor valor entre os 28 COREDEs. Analisando-se os blocos do IDESE, observa-se um índice

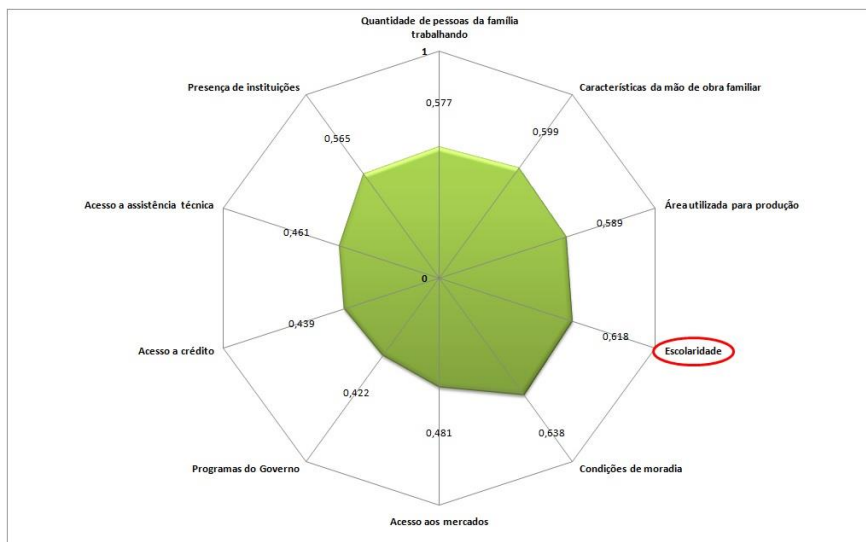
¹⁰ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos Saúde, Educação e Renda, é calculado um Índice. São fixados, a partir disso, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos. O IDESE considera, no total, um conjunto de 12 indicadores divididos nos três blocos.

¹¹ A regionalização dos COREDEs foi criada pela Lei Estadual N° 10.283 de 1994, com a finalidade de descentralizar e democratizar as ações de investimento, sendo referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo. É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional com o fim de compatibilizar competitividade, equidade e sustentabilidade. Os 497 municípios do Rio Grande do Sul estão distribuídos em 28 COREDEs.

maior da saúde (0,759), seguido da renda (0,682) e, por fim, educação (0,633). Já em termos relativos, é possível verificar que o bloco renda foi o de melhor desempenho, ocupando a décima quarta posição no ranking dos 28 COREDEs. O bloco educação possuía o terceiro menor IDESE do Estado, e o bloco saúde, o segundo menor, o que demonstra o baixo desempenho da região nesses indicadores (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Chama-se atenção para o bloco educação, pior bloco do Índice no COREDE Sul e terceiro menor ao nível de estado. Se o IDESE aponta problemas na educação, o ICV aponta que a percepção acerca desta variável é positiva, sendo a segunda variável melhor avaliada (0,618) na instância fatores, como aponta o biograma a seguir.

Figura 6 – Biograma representativo da instância características do ICV do Território Rural Zona Sul do Estado do RS



Fonte: Adaptado do SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Sobre esta questão, quando da realização do levantamento do ICV, não raro eram relatados comentários do tipo “para o que fazemos aqui, o que estudamos está bom”. Ou seja, mesmo que o grau de escolaridade de grande parte dos indivíduos seja o ensino fundamental incompleto, estes o consideram suficiente para o trabalho rural. Ao mesmo tempo, as famílias incentivam seus filhos a concluir a educação básica e inclusive o ensino superior, não raro, visando ao mercado de trabalho urbano (RAMBO *et al.*, 2015).

Mas afinal, o que estas comparações significam e de que forma podem contribuir para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento no território? A principal contribuição desta comparação reside na constatação da diferença entre o que Moscovici denomina de senso comum, construído na interação entre indivíduos nas experiências coletivas e dados científicos. Ou seja, entre a realidade pautada no discurso acadêmico e a percebida pela sociedade, existe um intermediário importante: as representações sociais. A distância entre índices calculados com base em dados secundários e a percepção dos indivíduos fica clara nas comparações entre o ICV e o IDS e também o IDESE. Apesar de não dizerem respeito exatamente às mesmas dimensões, conclusões importantes podem ser extraídas desta comparação.

A diferença entre os índices indica o quanto a questão do fomento ao desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen, multidimensional e com ampla participação dos atores e seus valores e representações, configura-se como um processo complexo. Isto porque nos mostra que a maior parte do conhecimento científico, elaborado através de dados secundários, se configura de forma muito diversa das categorias através das quais os grupos sociais e indivíduos operam cotidianamente.

Reforça essa observação o apontamento de Boisier (2001), valendo-se das contribuições de Güell (1998). Afirma o autor que um desenvolvimento que não promove e fortalece confianças, reconhecimentos e sentidos coletivos, carece em curto prazo de uma sociedade que o fomente. Dessa forma, a viabilidade e êxito de um programa de desenvolvimento dependerão do grau em que as pessoas percebem esse programa como um cenário em que sua subjetividade coletiva é reconhecida e fortalecida.

O ICV aponta para algumas direções referentes às construções subjetivas dos agentes territoriais em termos de percepções. No entanto, isto se caracteriza como um tímido início, já que o índice opera através de termos pré-estabelecidos, exteriores aos sistemas cognitivos dos grupos (as perguntas do questionário), e por operar através da média dos resultados de todas as entrevistas, o que oculta as variações entre os grupos do território.

O quadro abaixo demonstra um pouco da diversidade no espaço rural que marca o território Zona Sul do RS. Apesar do número significativo de agricultores familiares, há presença de pescadores, assentados, quilombolas, evidenciando a dificuldade em se apreender as diferentes dimensões do desenvolvimento, bem como as representações que as pessoas ou os diferentes grupos podem fazer dele.

Quadro 1 – Aspectos gerais do Território Rural Zona Sul do Estado do RS

Variável	Situação	Fonte
População	864.343	IBGE (2010)
População urbana	712.605 (82%)	IBGE (2010)
População rural	151.738 (18%)	IBGE (2010)
Número de Pescadores	8.529	IBGE (2010)
Estabelecimentos de Agricultura familiar	32.160	IBGE (2010)
Famílias Assentadas da Reforma Agrária	3.615	INCRA (2010)
Número de Comunidades Quilombolas	52	FCP (2014)
Número de Pessoas em Extrema pobreza	38.343	IBGE (2010)
Beneficiários do Bolsa Família	99.462	MDS (2011)

Fonte: SIT, 2012. Elaboração própria.¹²

Ademais, analisando e comparando algumas das informações do Quadro, podemos observar que cerca de 4% da população do território encontra-se em situação de extrema pobreza e, em torno de 11%, são beneficiários do programa Bolsa Família. Estes dados vão ao encontro de resultados apontados pelo IDS e mesmo pelo IDESE, mas parecem estranhos a uma percepção mediana como aponta o ICV. Estas observações apenas reforçam o desafio posto aos estados e governos no que se refere à formulação e execução de políticas de desenvolvimento, sobretudo, quando o desenvolvimento é concebido como ampliação das liberdades.

Nesse sentido, podemos concluir que o ICV representa uma importante ferramenta aos *policy makers*, ao apontar uma dimensão não apreendida pelos demais índices que têm balizado análises e políticas públicas. Entretanto, não diferente dos outros índices, oculta a diversidade territorial. Assim, na medida em que os índices retratam uma fotografia estática do território, cabe compreender, com uma diversidade de metodologias, sobretudo qualitativas, o que leva a configuração de determinada fotografia.

¹² Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=4304507>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

Considerações finais

Estas considerações finais, na verdade, têm um caráter de considerações iniciais, uma vez que este trabalho constitui-se em um ponto de partida para ampliar o conhecimento teórico, metodológico e prático sobre como se faz para promover o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional que seja capaz de abarcar aspectos subjetivos, tais como as representações sociais. Ainda mais desafiador é pensar que essa perspectiva deve ser incorporada nas propostas de políticas públicas. Como considerar e incorporar a dimensão subjetiva, dos desejos e anseios das diversas coletividades, na análise das políticas públicas?

Consideramos que o ICV foi uma tímida proposta nesse sentido que, com todas as limitações, trouxe elementos que denotam ainda mais a complexidade do desenvolvimento, sobretudo, quando comparado a outros índices. A aproximação do ICV e do IDS com o conceito de representações sociais nos levou, desse modo, a levantar algumas observações a serem compartilhadas com quem se debruça sobre diferentes questões concernentes ao desenvolvimento.

A primeira diz respeito aos indicadores comumente utilizados no monitoramento de políticas públicas, que em sua maioria são construídos a partir de dados secundários, gerando uma visão científica da realidade que pode diferir significativamente das formas com que os atores sociais as percebem em seu cotidiano. A percepção não é a mesma para todos os membros da coletividade, uma vez que depende tanto do conhecimento de senso comum como do contexto sociocultural em que os sujeitos estão imersos. Por buscar captar as percepções do público rural, o ICV apresenta um avanço quando se trata de compreender o desenvolvimento nos termos adotados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Ao ultrapassar a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, exclusivamente, e ao objetivar que iniciativas governamentais se direcionem para diferentes modos de vida – para que as pessoas possam viver de acordo “com o que gostariam de ter e fazer”, conforme Sen – é necessário, antes de tudo, que se compreenda como as pessoas vivem e o que desejam. Para isso, é importante dispor de instrumentos de pesquisa que, além de abarcar os aspectos concretos do desenvolvimento, se voltem para a dimensão virtual, onde se inserem os desejos, pensamentos e construções imagéticas de populações, conforme aponta De Vries (2007) e as representações sociais.

Em segundo lugar, como as construções subjetivas se desenvolvem a partir de tempos, espaços e relações específicas em cada coletividade, é importante que sejam construídos indicadores capazes de apontar para as

diferenças de percepção entre os distintos grupos. Analisar o sentido que agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, dentre outros, atribuem a determinados temas e acontecimentos e a forma como, inseridos em um mesmo espaço social constroem pensamentos diferentes e práticas diversas, pode se configurar como base para a formulação de políticas públicas adequadas às diferentes realidades. Este conhecimento, juntamente com o fortalecimento da participação em instâncias de decisão públicas pode se tornar um meio seguro de apreender o que os próprios sujeitos pensam a respeito de suas condições de vida e do que poderia melhorá-las.

A questão da participação, ou seja, da proximidade entre quem planeja políticas públicas de desenvolvimento e o seu público-alvo é destacada por Boisier (2001). O autor afirma que o desenvolvimento, na escala humana, se concentra e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autoconfiança, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia. O desenvolvimento se fortalece na interação dos processos globais com os comportamentos locais, na interação do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o Estado.

Isto nos leva à terceira e última questão. A política territorial brasileira, assim como outras iniciativas contemporâneas no país e no mundo, está voltada para a superação do desenvolvimento visto como algo monolítico, que se impõe de forma violenta sem levar em conta modos de vida locais. Neste sentido, a questão cultural se torna necessária tanto para a formulação como para o monitoramento e para a avaliação de políticas públicas. Como afirma Yousfi (2007), a questão não é mais como diferentes populações podem mudar sua cultura para promover o progresso, mas, ao contrário, como iniciativas governamentais podem abarcar o sentido que cada comunidade atribui à transformação social e agir sem comprometer as noções compartilhadas localmente – melhor dizendo, indo ao encontro das concepções específicas de qualidade de vida.

Se a questão central é adaptar mecanismos para que a transformação social chegue aos mais diversos contextos culturais, diferentes conhecimentos e metodologias devem ser acionados para construir efetivamente o desenvolvimento territorial sustentável. Mas também é necessário que se tenha condições de aferir e analisar os resultados deste processo, para o que uma metodologia de estudo das representações e dos aspectos cognitivos dos indivíduos é uma ferramenta absolutamente necessária.

Referências bibliográficas

- BOISIER, S. Desarrollo (Local): ¿De que estamos hablando? In: MADOERY, Oscar; VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (Orgs.) *Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrollo Local*. Rosario: Homo Sapiens, 2001.
- DEL-RÉ, M. F.; SCHNEIDER, S.; RAMBO, A. G. O Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) como suportes para a compreensão das representações sociais dos atores do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. In: *V Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2012, Belém. Anais. 2012.
- DUSSEL, E. Eurocentrism and Modernity: Introduction to the Frankfurt Lectures. *Boundary 2*, Durham, v.20, n.3, out. 1993, p. 65-76.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G. Index of Living Conditions (ILC) Index of Livelihoods (IL): a methodological proposal to measure well-being in rural. In: *Sixth International Conference on Agricultural Statistics (VI ICAS)*, 015, Rio de Janeiro. Anais: IBGE, 2015, p. 717-718.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- GOMES, C. A. *Projetos Estratégicos e Desenvolvimento Territorial: uma análise a partir do Território Zona Sul do Estado/RS*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HERZLICH, C. La Représentation sociale. In: MOSCOVICI, S. *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Librairie Larrousse, 1972, p. 303-325.
- HUNTINGTON, S. *Ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp, 1975.
- JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984. p. 357-378.
- LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en los actores*. México, CIESAS, 2007.
- MIGNOLO, W. The Zapatista's theoretical revolution: its historical, ethical, and political consequences. *Review* (Fernand Braudel Center), Durham, v. 25, n. 3, jan. 2002, p. 245-275.
- MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

- PTDRS. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009.
- RAMBO, A. G.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S.; RADUNZ, A. F. O.; CASARIL, J.. O desenvolvimento na escala humana: uma análise das condições de vida no território rural da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul/Brasil a partir da percepção. In: *VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios Y Agroindustriales*, 2011, Buenos Aires. Anais.... Universidade de Buenos Aires, 2011.
- _____.; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S.; CASARIL, J.; RE, M. F.; GOMES, C. A.; RADUNZ, A. F. O. O índice de condições de vida (ICV) do território rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul: primeiras análises. In: *V Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2012, Belém. Anais... 2012.
- _____. *et al.* Apreendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar: um estudo do PROINF e das emendas parlamentares no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul, *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013, p. 103-132.
- _____.; BASTIAN, L.; CONTERATO, Marcelo Antônio; CASARIL, J.; RE, M. F.; GOMES, C. A.; RADUNZ, A. F. O.; SCHNEIDER, S. O Índice de Condições de Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, v. 1, p. 68-94, 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional; Departamento de Planejamento Governamental. *Perfil Socioeconômico COREDE Sul*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095141-perfis-regionais-2015-sul.pdf>>. Acesso em: set. 2016.
- ROSTOW, W. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press, 1960.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 462 p.
- SEPÚLVEDA, S. *et al.* *El Enfoque Territorial del Desarrollo Rural*. San José: C. R.: IICA, 2003.
- _____. *Gestión del Desarrollo Sostenible en Territorios Rurales: métodos para la planificación*. San José, IICA, 2008.
- TEVES, N. O imaginário na configuração da realidade social. In: TEVES, N. (Org.) *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992. p. 3-33.
- TOIGO, C. 2016. *Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no território rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 2016.

VRIES, P. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, 28 (1): 2007, p. 25-43.

YOUSFI, H. *Culture and Development: A review of literature: The continuing tension between modern standards and local contexts*. Working paper nº 50. Agence française de développement, (AFD), 2007.

WAQUIL, P. et al. Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.15, n. 1, jan./abr., 2010, p. 104-127.

WAQUIL, P. et al. Indicadores sociais e desenvolvimento: interpretações a partir do Índice de Condições de Vida (ICV). In: RADOMSKY, G. F. W., CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) *Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais*. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, 2015, p. 165-182.

DEL RÉ, Megui, Anelise Graciele Rambo e Sergio Schneider. As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 57-82, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul*). A abordagem territorial, levada à condição de estratégia governamental, tornou os programas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) inovadores. O presente trabalho pode ser compreendido como resultado dos esforços da SDT em articular poder público e sociedade civil nos territórios rurais, através da criação das Células de Acompanhamento e Informação (CAIs), compostas por pesquisadores cuja tarefa consiste em produzir conhecimentos sobre as dinâmicas do desenvolvimento. Este artigo faz parte das atividades da CAI do Território Zona Sul do RS, e aborda questões que surgiram por meio do exame inicial de dados obtidos através do Índice de Condições de Vida (ICV) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Com base nestes indicadores, pretende-se propor uma discussão introdutória acerca das representações sociais, no intuito de evidenciar a pertinência das

percepções dos grupos sociais às políticas de desenvolvimento. Esta questão surge como lacuna a ser preenchida quando se atenta para a crescente importância que vem sendo atribuída à dimensão subjetiva nos atuais estudos sobre desenvolvimento. A partir das contribuições teóricas de Sen e de Moscovici, referentes às representações sociais, apresenta-se uma análise de como estas abordagens podem instigar interpretações dos resultados do ICV e do IDS. Aponta-se para a necessidade de construção de novas metodologias de pesquisa para compreender a forma com que a transformação social chega aos mais diversos contextos culturais. Além disso, sublinha-se a necessidade de criação de condições para se aferir e analisar os resultados deste processo, para o que uma metodologia de estudo das representações e dos aspectos cognitivos dos indivíduos torna-se uma ferramenta necessária.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, representações sociais, Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Abstract: *(Social representations in the territorial dynamics of rural development: considerations from the Southern Territory of Rio Grande do Sul).* The territorial approach, that attained the status of a governmental strategy, has led the Territorial Development Secretary (SDT) programs to become innovative. The present work can be understood as a result of the SDT's efforts to articulate public power and civil society in rural territories through the creation of Monitoring and Information Cells (IACs) composed of researchers whose task it is to produce knowledge about the dynamics of development. This article is part of the IAC activities of the Southern Zone Territory of the State of Rio Grande do Sul, and addresses issues that have arisen through the initial examination of data obtained through the Index of Living Conditions (ICV) and the Sustainable Development Index (IDS). Based on these indicators, we seek to analyze the social representations of the actors of the territory, initiating a discussion about the importance of the different perceptions of the social groups regarding their living conditions and suggest concepts that may aid in their understanding. This question emerges as a gap to be filled when one considers the growing importance of the subjective dimension in current development studies. Based on the theoretical contributions of Sen and Moscovici, concerning social representations, the article discusses how these approaches can aid in the analysis of ICV and IDS data. The need to construct different research methodologies to understand the way in which social transformation reaches the most diverse cultural contexts is pointed out. In addition, the need to assess and analyze the results of this process is stressed, for which a

methodology for the study of representations and the cognitive aspects of individuals is a necessary tool.

Keywords: territorial development, social representations, South Zone of Rio Grande do Sul.

Recebido em janeiro de 2017.

Aceito em janeiro de 2017.